

**Periodicidade:** Diária  
**Classe:** Informação Geral  
**Âmbito:** Nacional  
**Tiragem:** 14000

**Temática:** Diversos  
**Dimensão:** 894 cm<sup>2</sup>  
**Imagem:** S/Cor  
**Página (s):** 7



## Tancos. Ex-diretor da PJM confirma que ordenou investigação paralela

O interesse era defender Portugal e fê-lo numa perspetiva de colaboração com a investigação a cargo da Polícia Judiciária civil, explicou ontem.

**CARLOS DIOGO SANTOS**  
*carlos.santos@ionline.pt*

Deu indicações aos seus homens para que as armas fossem recuperadas, numa altura em que o caso já havia sido entregue à Polícia Judiciária civil, mas não sabia da farsa do achamento. Esta foi a versão apresentada ontem por Luis Vieira, ex-diretor da Polícia Judiciária Militar (PJM) e arguido no processo de Tancos, no interrogatório conduzido pelo juiz Carlos Alexandre.

A diligência estava marcada apenas para o período da manhã, no Tribunal de Monsanto, mas acabou por se prolongar tarde dentro – obrigando ao adiamento do interrogatório do coronel

Taciano Correia, o homem que estava à frente da investigação criminal da GNR à data do furto das armas dos paióis.

Durante o dia de ontem, o antigo diretor-geral da PJM frisou que desconhecia que tinha sido montada uma encenação entre polícias e responsáveis pelo assalto para que as armas fossem achadas na Chamusca, admitindo apenas que deu ordens para que os seus homens continuassem a investigar o desaparecimento do material bélico furtado dos Paióis Nacionais de Tancos, numa altura em que a Procuradoria-Geral da República já havia determinado que a investigação ficaria a cargo da Polícia Judiciária civil. A versão vai ao encontro da que

já tinha apresentado quando requereu a abertura de instrução – recorde-se que esta é uma fase opcional na qual se decide se o caso avança ou não para julgamento. Nesse requerimento deixava claro que não tinha havido “qualquer intenção de encobrir os autores nem qualquer pacto nesse sentido”. E afirmava ainda que a versão apresentada pelos procuradores na acusação não passava de ficção.

Também esclarecera no documento que nunca agiu de modo a pôr em causa o trabalho que estava a ser levado a cabo pela autoridade competente, neste caso pela Polícia Judiciária.

Ontem, à saída do tribunal, o advogado que defende Luis Vieira disse que há diversos crimes,

como a associação criminosa, que não lhe podem ser imputados.

Afirmou ainda que para analisar as decisões tomadas pelo ex-diretor da PJM é preciso perceber se houve consciência em algum momento de que estava a cometer uma ilegalidade, adiantando que na cabeça de Luis Vieira esteve sempre a defesa de Portugal e do nome do país no exterior. Ilegalidades, diz a defesa, não houve, mas admite que ao ordenar uma investigação se pode “ter criado na cabeça do comandante” “um dilema”.

Já sobre uma alegada quantia referida ontem no interrogatório, que a PJ teria entregue ao informador Paulo Lemos, conhecido como “Fechaduras”, assim como um telemóvel, o advogado esclareceu: “O meu cliente, fundamentalmente, respondeu às questões que lhe foram colocadas. Com a verdade e com o que sabe. Efetivamente, ele respondeu e falou-se numa determinada situação de dinheiro que possa ter havido, mas atenção que quando focou esse aspeto disse que tinha sido uma informação que recebeu, não dá como um dado adquirido”.

A defesa deu ainda a entender que a investigação paralela não foi do que uma colaboração com a PJ: “Estamos aqui a falar de uma colaboração que aconteceu ao longo do tempo após o despacho da senhora PGR, uma colaboração que é um termo, em termos de gíria investigatória, muito lato [...], em que há uma tentativa de obtenção [de provas] permanente”.

O juiz Carlos Alexandre questionou ainda Luis Vieira sobre os encontros mantidos com o ex-ministro da Defesa Azeredo Lopes, tendo aquele confirmado que esteve mais de uma vez com o antigo governante, sendo o último contacto para entrega do memorando.

**Luis Vieira diz que não queria pôr em causa o trabalho da Polícia Judiciária civil**

**PGR decidiu que inquérito ficava com a PJ, mas Vieira insistiu e ordenou investigação**



Ex-diretor da PJM já foi ao Parlamento prestar esclarecimentos

FACEBOOK